

## **AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E A PERMANÊNCIA DO LATIFÚNDIO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA CENTRAL**

**Aline de Lima Rodrigues - Universidade Federal de Santa Maria**  
[aligeo@zipmail.com.br](mailto:aligeo@zipmail.com.br)

**Meri Lourdes Bezzi – Universidade Federal de Santa Maria**  
[meri@oslo.ccne.ufsm.br](mailto:meri@oslo.ccne.ufsm.br)

O processo de formação do latifúndio no Rio Grande do Sul está diretamente relacionado aos antecedentes históricos de ocupação e povoamento do espaço gaúcho. Destaca-se que, foi através das sesmarias que surgiram os latifúndios, que eram terras distribuídas desigualmente, sempre favorecendo os poucos detentores de grandes rendas, contribuindo para a concentração da terra. Nesse contexto, o caráter perverso da desigualdade de distribuição de terras constituiu-se em um tema da questão agrária que, na área da produção, cada vez mais se evidencia através da disputa pela posse da terra, conflitando no espaço de um lado, os detentores dos latifúndios e, por outro, os desprovidos de terras ou aqueles que possuem propriedades de dimensões reduzidas. O latifúndio resistiu econômica e politicamente enquanto a pecuária extensiva representava a base da economia do Estado com as charqueadas e, posteriormente, com os frigoríficos. Entretanto, com a decadência deste segmento econômico, em face de conjunturas de preços e comercialização desfavoráveis à pecuária gaúcha, o latifúndio tem sua gradativa decadência econômica, mas não diminui em concentração de terra, no máximo, este segmento, incorpora mais capital a terra através da prática do arrendamento à lavoura empresarial. Desse modo, a presente pesquisa tem como preocupação central analisar o processo de formação e os fatores que permitiram a permanência do latifúndio na Microrregião Geográfica da Campanha Central (MRG), que compreende os municípios de Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel, frente à consolidação de novos interesses na economia gaúcha. Especificamente, a pesquisa objetivou: (a) analisar o processo de formação do latifúndio no Rio Grande do Sul; (b) estabelecer os fatores que permitiram a constituição e permanência do latifúndio, na Microrregião Geográfica da Campanha Central e, (c) verificar o papel do latifúndio frente às novas conjunturas econômicas, além de identificar a sua respectiva forma de exploração, nos municípios que compõem a área em estudo. (Figura 1). No que se refere ao cominho investigativo, o trabalho dividiu-se em fases fundamentais para o desenvolvimento da temática. Primeiramente, procurou-se realizar uma ampla revisão bibliográfica, buscando-se subsídios temáticos sobre o problema proposto. Posteriormente, a pesquisa direcionou-se para a coleta de dados em fontes primárias (trabalho de campo) e secundárias (dados estatísticos). Para realizar a análise do comportamento do espaço agrário da MRG da Campanha Central efetuou-se o trabalho de campo, etapa considerada de importância fundamental. A pesquisa de campo baseou-se em dois instrumentos distintos, direcionados aos representantes dos escritórios da EMATER nos municípios da MRG e, aos secretários municipais da agricultura. O instrumento apresentado a EMATER indagou sobre: A) Dados referentes à propriedade e à mão-de-obra; B) Dados referentes à produção; C) Dados referentes à assistência técnica e aos financiamentos e, D) Dados referentes à estrutura

fundiária. Para os secretários municipais da agricultura, a entrevista questionou de forma aberta sobre a agricultura, a fruticultura, a pecuária e, também sobre a organização do sistema fundiário.

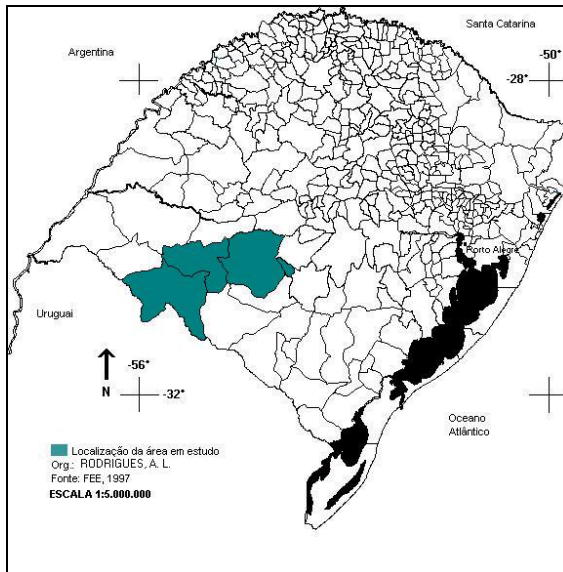


Figura 1- Localização da área em estudo

A fase final constitui-se da análise e interpretação dos dados obtidos durante o trabalho de campo, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa nos órgãos estatísticos. O espaço agrário da MRG da Campanha Central, caracterizado historicamente pelos latifúndios e pela prática da pecuária extensiva, assiste a um processo de (re)organização, a partir da penetração da lavoura empresarial, através da capitalização do arroz e da soja. Essas culturas se comportam como os principais produtos agrícolas dos municípios que compõem a MRG e se desenvolvem em terras arrendadas da pecuária. A cultura do arroz se desenvolveu na Campanha Central a partir de 1920, representando a penetração da lavoura com moldes empresariais e capitalistas em áreas dominadas pela pecuária extensiva. Tal fato se justifica pelas modernas técnicas de irrigação que são necessárias ao desenvolvimento da produção de arroz. Atualmente, o arroz é um importante produto agrícola dessa MRG, com significativa expressão em área plantada. Cita-se, como exemplo, o município de Rosário do Sul com 21.000 ha e São Gabriel com 25.000 ha. (IBGE, 2002). Essa cultura se reproduz principalmente em médias e grandes propriedades, em geral arrendadas. Destaca-se também, a produção de soja, que desde o início de seu cultivo, na década de 1980, tem tido altos índices de área plantada e se produtividade, decorrentes do caráter exportador, que essa cultura assumiu na economia gaúcha. Nos municípios estudados, a soja apresenta-se como o principal produto agrícola, alcançando um índice de área plantada de até 50.000 ha em São Gabriel e, nos demais municípios, o índice aproxima-se em média aos 20.000 ha. (IBGE, 2002). A expansão da sojicultura pode ser explicada pelas políticas públicas viabilizadas através dos incentivos governamentais e pelo crescimento dos índices das exportações gaúchas e nacionais. Conforme a Fundação de Economia e Estatística, a safra 2002/2003 de soja no Rio Grande do Sul bateu o recorde histórico, alcançando 9,5 milhões de toneladas com uma produtividade média de 2,65 toneladas por hectares. (FEE, 2003). Desta forma, a soja representa uma das alternativas para dinamizar o meio rural da MRG da Campanha Central,

uma vez que o crescimento da sua produção pode ser observado nas grandes plantações que permeiam os campos, alterando a fisionomia da paisagem. Também se percebe a expansão desta cultura nas cooperativas de beneficiamento e comercialização das produções sojicultoras municipais e, no comércio de insumos agrícolas dispersos pelas cidades. No entanto, outras duas iniciativas econômicas voltadas ao setor rural vêm se destacando na área em estudo, que são: a fruticultura e o reflorestamento. A fruticultura representa uma recente estratégia econômica na MRG, desenvolvida em pequenas propriedades e voltada para a produção de cítricos em Rosário do Sul, São Gabriel e Santa Margarida do Sul. Em Santana do Livramento, a fruticultura tem destaque e consolidada-se pela uva, que desde a década de 70 do século XX, é industrializada para a produção de vinho pela empresa Almadém. Em virtude da expansão da cadeia produtiva das frutas, outras indústrias ingressaram neste campo de atividade econômica, como as vinícolas: Seagram do Brasil Indústria, Comércio LTDA (Vinícola Almadém), Livramento Vinícola Industrial LTDA e a Vinícola Palomas. Neste contexto, ressalta-se que o mercado para a fruticultura está em expansão e, conseqüentemente, o governo estadual tem disponibilizado linhas de financiamento, através de programas como o PROFRUTA, visando estimular este novo nicho de mercado, que se concretiza, paulatinamente, no meio rural da MRG da Campanha Central. No que se refere ao reflorestamento, enfatiza-se que se trata de uma estratégia inovadora de exploração racional dos recursos da terra, através de iniciativas direcionadas à plantação de eucaliptos. Ressalta-se, porém, que essas ações são fomentadas, sobretudo, por grandes grupos empresariais que tem no eucalipto a matéria-prima de sua produção como: o Grupo Votorantin – Celulose e Papel e a Empresa Stora Enso (a maior fabricante de celulose do mundo). Especificamente, a Stora Enso já efetivou a compra de cerca de 10 mil hectares em Rosário do Sul, município integrante da MRG da Campanha Central. Nessas áreas a Empresa investirá em programas de reflorestamento para atender a demanda internacional de celulose. Contudo, deve-se mencionar a importância histórica da atividade pecuarista na Campanha Central, pois mesmo sofrendo consideráveis transformações ao longo das décadas, passando da hegemonia econômica que alcançou com o charque e, posteriormente, com os frigoríficos, para uma estagnação decorrente da ascensão da lavoura empresarial e da concorrência de outros centros pecuaristas, o número de cabeças de gado bovino, nos municípios estudados, é superior as 300 mil, porém, em Santana do Livramento, a cifra é de aproximadamente 540.000 cabeças de gado bovino. Destaca-se que, o rebanho ovino também atinge índices elevados, que neste caso, superam as 100 mil cabeças. A atividade pecuarista, mesmo com índices elevados, por se realizar de forma extensiva na MRG e diante da falta de amparo governamental, enfrenta uma séria crise e, uma das saídas para tal dificuldade é o arrendamento de parte ou de toda a propriedade ao desenvolvimento da lavoura empresarial, através do arroz e da soja. O arrendamento feito pela pecuária aos produtos agrícolas (arroz e soja) se apresenta como uma forma de manutenção da renda para os latifundiários, que com o lucro advindo do aluguel da terra podem sustentar uma pecuária extensiva e pouco modernizada. Esses arrendamentos se justificam pelo forte valor histórico-cultural que representa a grande propriedade - simbolizada nas estâncias - e pelos altos custos necessários ao investimento capitalista na atividade criatória. Com os arrendamentos consolida-se o monopólio da terra para os latifundiários, que continuam sustentando que uma atividade criatória extensiva. Como se pode

perceber, o latifúndio não é, exclusivamente, explorado pela pecuária, pois a atividade pecuarista vem se desenvolvendo lado a lado com as culturas capitalistas, que não ameaçam a concentração da terra, mas diversificam as formas de apropriação econômica dessas grandes áreas. Como resultados obtidos, observa-se que a penetração do capital nos moldes de produção do meio rural do Estado gaúcho vem desvinculando a propriedade da sua respectiva forma de exploração da terra. Assim, o avanço do capitalismo no campo transforma a estrutura do uso do solo, mantendo praticamente intocada a estrutura da propriedade. (FEE, 1978). Conforme Costa (1988, p.61) é relevante ressaltar que: “ainda que se preserve e se imponha geograficamente, constituindo um espaço – de reserva para a expansão da empresa rural capitalista – o latifúndio tem um papel, embora não dispensável, cada vez mais marginalizado, não apenas na economia do Estado como da própria Campanha”. Destaca-se também que as transformações que estão ocorrendo no uso do latifúndio, através do arrendamento para a lavoura empresarial e, mais recentemente, em decorrência das vendas de terras para a realização do reflorestamento, ainda são insuficientes para determinar uma mudança significativa na estrutura fundiária.

### Referências Bibliográficas

- BESCOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: Hucitec, 1998.
- CASTRO, A. B. de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, v. 2, 1975.
- COSTA, R. H. da. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 24).
- \_\_\_\_\_. **A crise agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção O mundo, hoje, v. 29).
- HEIDRICH, A L. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- LOPES, J. R. B. **Do latifúndio à empresa**: unidade e diversidade no campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. Tradução: C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. VALVERDE, O. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 193-230.